



PUCRS Data Social

*Laboratório de Desigualdades,
Pobreza e Mercado de Trabalho*

Pobreza Social no Brasil: 2012-2021

* BAGOLIN, Izete Pengo; SALATA, André; MATTOS, Ely José de. Pobreza Social no Brasil: 2012-2021. Laboratório de Desigualdades, Pobreza e Mercado de Trabalho – PUCRS Data Social. Porto Alegre, 2022.

** DISCLAIMER: opiniões expressas neste relatório são de responsabilidade exclusiva dos autores, não representando necessariamente o posicionamento institucional da PUCRS.

Disponível em <<http://www.pucrs.br/datasocial>>

PESQUISADORES RESPONSÁVEIS

Prof.^a Dr.^a Izete Pengo Bagolin

Economista, doutora em Economia Aplicada, pesquisador de produtividade do CNPq e professora dos Programas de Pós-Graduação em Economia e Serviço Social da PUCRS.

Prof. Dr. André Ricardo Salata

Doutor em Sociologia, pesquisador de produtividade do CNPq e professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUCRS

Prof. Dr. Ely Jose de Mattos

Economista, doutor em Economia Aplicada, professor do Programa de Pós-Graduação em Economia da PUCRS

MEMBROS DA EQUIPE DE PESQUISA

Isabela Schmitz Ribeiro

Bolsista de Iniciação Científica

Roberta Presser Potrick Eberhardt

Assistente de Pesquisa voluntária

INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS

PUCRS Data Social: laboratório de desigualdades, pobreza e mercado de trabalho
(<http://www.pucrs.br/datasocial>)

AGRADECIMENTOS

Data Zoom (<http://www.econ.puc-rio.br/datazoom/>)

IBGE (<http://www.ibge.gov.br>)

CONTATOS

PUCRS (ASCOM)

imprensa@pucrs.br | ascom@pucrs.br | datasocial@pucrs.br

(51) 3320-3503 | (51) 3320-3603

NOTAS TÉCNICAS

- I. Neste estudo foram utilizados os microdados provenientes da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADc), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A amostragem da PNADc é realizada a partir de um esquema de rotação 1-2(5). Nele, o domicílio é entrevistado um mês e sai da amostra por dois meses seguidos, sendo esta sequência repetida cinco vezes. Ou seja, cada domicílio é visitado 5 vezes, em trimestres distintos. Informações a respeito de outras fontes de rendimento que não o trabalho, essenciais para o cálculo das taxas de pobreza, são coletadas somente na 1ª visita (desde o início da série, no ano de 2012) ou na 5ª visita (a partir do ano de 2016), e disponibilizadas em bases anuais que acumulam os dados da 1ª ou da 5ª visita. Para o período de 2020 e 2021, no entanto, o IBGE disponibilizou apenas os dados anuais acumulados na 5ª visita aos domicílios. Neste trabalho optamos, então, por utilizar os dados acumulados na 1ª visita entre 2012 e 2015, e os dados acumulados na 5ª visita entre 2016 e 2021.
- II. Para gerar as informações, foi utilizado o rendimento domiciliar *per capita* (habitual de todos os trabalhos e efetivo de outras fontes), excluindo o rendimento das pessoas cuja condição na unidade domiciliar era de pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico. Todos os valores foram deflacionados para preços médios do último período (2021), a partir de deflatores específicos para cada Unidade da Federação, fornecidos pelo próprio IBGE junto à PNADc e tendo como base o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.
- III. Esse relatório visa apresentar a Linha de Pobreza Social (LPS), que é uma forma de medir pobreza que combina os conceitos de pobreza absoluta e relativa. O valor da linha de pobreza social utilizado considera as atualizações das linhas de pobreza realizadas pelo Banco Mundial em Setembro de 2022 (Baah et al., 2022) e foi calculada utilizando os preços médios de 2021. Para fins de comparação e compreensão também foram utilizados os valores atualizados das linhas de convencionais (Extrema Pobreza, Pobreza e Pobreza Relativa). Os valores das respectivas linhas são: Linha de Pobreza Social (nacional) = R\$ 502,07; Linha de Pobreza Extrema = R\$ 182,82; Linha de Pobreza Absoluta = R\$ 582,47; Linha de Pobreza Relativa = R\$ 404,29.

DESTAQUES

O que está sendo proposto?

A utilização de uma nova medida de pobreza, proposta pelo Banco Mundial, que combina os conceitos de pobreza absoluta e relativa em uma mesma medida. Trata-se da Linha de Pobreza Social (LPS) que contempla a extrema pobreza e é sensível ao crescimento e a desigualdade da renda.

Por que isso é importante?

De acordo com o Banco Mundial, o Brasil é considerado um país de renda média-alta.¹ No entanto, ainda apresenta profundas e persistentes desigualdades e elevadas taxas de pobreza. Desse modo, a utilização da LPS serve para avaliar estes fenômenos de forma mais assertiva e completa.

Como medimos a pobreza?

A Linha de Pobreza Social é uma função da mediana da renda do local (medida relativa), mas que assume o valor da linha de extrema pobreza (medida absoluta) quando a metade da mediana da renda é inferior ao mínimo necessário para a sobrevivência de uma pessoa.

¹ <https://datahelpdesk.worldbank.org/knowledgebase/articles/906519>

DESTAQUES

E o que descobrimos?

- ➔ Que a taxa de pobreza social no Brasil atingiu o valor mais alto da série histórica no ano de 2021, com 30,4% da população nesta situação.
- ➔ Que, em 2021, 64,6 milhões de brasileiros poderiam ser considerados socialmente pobres.
- ➔ Que entre 2020 e 2021 a taxa de pobreza social avançou 5,5 pontos percentuais, o que significa que houve um aumento de 11,7 milhões de pessoas em situação de pobreza social no país.
- ➔ Que, em 2021, entre os brancos e amarelos a taxa de pobreza social era de 19,4%; enquanto isso, entre os pretos, pardos e indígenas aquela taxa era de 38,9%.
- ➔ Que existem regiões e Unidades da Federação para as quais pessoas que não seriam consideradas pobres utilizando a linha de pobreza absoluta, são consideradas socialmente pobres.
- ➔ Que em nenhuma região ou estado a linha de pobreza social foi inferior a linha de pobreza extrema, o que indica que o país deve se preocupar com o aspecto relativo de sua pobreza.
- ➔ Que o estágio de desenvolvimento do Brasil, somado à sua desigualdade de renda e heterogeneidades regionais, justificam avançar na forma de identificar os pobres, visando a proposição de políticas públicas que contemplem a inclusão e o compartilhamento dos resultados do crescimento econômico.

1 - APRESENTAÇÃO

Esse estudo tem como objetivo apresentar o conceito de Pobreza Social, uma forma alternativa de medir pobreza que combina pobreza absoluta e relativa, e aplicá-lo a dados nacionais. Considerando o estágio de desenvolvimento do Brasil e as heterogeneidades de suas regiões e Unidades da Federação, entendemos que esse método pode contribuir para identificar os pobres de forma mais apropriada ao contexto interno do país. Essa medida é capaz de identificar tanto a incidência de extrema pobreza, quanto a exclusão provocada pela desigualdade de oportunidades e pelo aumento dos custos e exigências inerentes aos avanços sociais. Essa forma de medir a pobreza permite contemplar minimamente as exigências das abordagens das necessidades básicas, abordagem das capacitações e dos direitos fundamentais mínimos.

Mas o que é pobreza social e qual a sua relevância? No Brasil, as pessoas em situação de pobreza têm sido historicamente identificadas utilizando as linhas de pobreza monetária através do conceito de pobreza absoluta. As linhas de pobreza denominadas de absolutas são aquelas que têm seu valor definido independentemente do nível de riqueza, desenvolvimento ou desigualdade da sociedade. O valor da linha é definido com base em estimativa do valor mínimo necessário para adquirir uma quantidade de alimentos suficientes para uma pessoa se manter viva

(valor que corresponde à extrema pobreza) ou o valor necessário para satisfazer necessidade mínimas de alimentação, higiene, moradia (valor correspondente à linha de pobreza).

Essas linhas, que medem a extrema pobreza e a pobreza utilizando critérios absolutos, são utilizadas predominantemente em países não desenvolvidos ou em desenvolvimento. Apesar de amplamente utilizadas, elas vêm sendo consideradas insuficientes ou inadequadas para identificar as privações que as pessoas enfrentam, especialmente em países que possuem elevadas desigualdades pessoais e espaciais de renda como é a realidade no Brasil.

Buscando encontrar soluções para essas limitações, uma alternativa seria utilizar as medidas de pobreza puramente relativas. Estas já são utilizadas nos países desenvolvidos para os quais, uma vez que o atendimento das necessidades mínimas já tenha sido universalizado, não faz mais sentido utilizar linhas absolutas.

As medidas de pobreza monetária chamadas de relativa são definidas com base na mediana² e renda do país ou região que está sendo analisado(a). Os países que utilizam medidas relativas vêm classificados como pobres, ou em risco de pobreza, aquelas pessoas com renda inferior a 50% ou 40% da mediana da renda. Apesar de já serem a principal forma de medir pobreza nos países

² A mediana é o valor central de uma distribuição de dados organizada de forma crescente ou decrescente. A mediana faz parte das chamadas medidas de tendência central, juntamente com a média e a moda. Estas medidas têm como

função representar o conjunto dos dados em análise. No caso desse estudo, o uso da mediana tem a função de representar a renda domiciliar per capita da população brasileira.

desenvolvidos, utilizar somente uma medida relativa não é suficiente para identificar aquele fenômeno, especialmente em países ou regiões mais pobres em que o percentual (40% ou 50%) da mediana seja inferior ao necessário para a sobrevivência de uma pessoa. Por muito tempo, então, persistiu o debate sobre em quais contextos seria mais adequado o uso de medidas absolutas ou relativas.

Buscando solucionar essa questão o Banco Mundial reuniu, em 2017, um grupo de pesquisadores mundialmente reconhecidos pelas suas contribuições ao tema. Dentre os resultados do trabalho dos pesquisadores, a análise das alternativas disponíveis resultou na proposição de uma nova forma de mensurar a pobreza aplicável tanto para países desenvolvidos quanto em desenvolvimento (World Bank, 2017). Essa medida alternativa foi chamada de **Linha de Pobreza Social**. A linha de pobreza social combina os conceitos de pobreza absoluta (extrema pobreza) e pobreza relativa (varia com as alterações na mediana da renda do local que está sendo considerado) em uma única medida.

O objetivo da nova proposta é garantir que tanto as necessidades mínimas, essenciais para uma pessoa se manter viva em um local não desenvolvido, quanto as necessidades de sobrevivência em uma sociedade mais desenvolvida e desigual possam ser captadas pela linha de pobreza social (também chamada de quase relativa). A medida possui um piso, que tem origem na ideia de um mínimo necessário para subsistência, e que corresponde justamente ao valor da linha de extrema pobreza (R\$182,82 per capita). Ou

seja, mesmo que um indivíduo não seja considerado pobre de acordo com o critério relativo, se tiver rendimento abaixo da linha de extrema pobreza absoluta será considerado em situação de pobreza social.

Assim, esse critério garante que, independentemente do valor da mediana, se uma pessoa não tiver o necessário para sobrevivência será considerada pobre. Por outro lado, naqueles locais onde o valor correspondente a 50% da mediana é superior àquele piso, a linha da pobreza social é definida como uma função da mediana da renda do país (estado ou região). Utilizando os valores atualizados pelo banco Mundial em setembro de 2022, o valor da pobreza social é:³ Pobreza Social = $(1,15\text{U\$} + 0.5 * \text{mediana da renda})$. O valor de U\$ 1.15 é o componente fixo da linha de pobreza social (intercepto) que a caracteriza como uma linha de pobreza fracamente relativa. Esse componente, além de ser o limite inferior da linha, garante que a elasticidade da linha de pobreza, que é a sua variação em resposta ao crescimento econômico, seja sempre menor do que um, mas aumente com a renda, promovendo o compartilhamento dos benefícios daquele crescimento (Jolliffe e Prydz, 2017). Considerando os valores da paridade do poder de compra de 2017,⁴ o valor da Linha de Pobreza Social para o Brasil, a preços médios de 2021, é de R\$ 502.07 mensais.⁵

Na figura 1, a seguir, ilustramos as diferentes opções de linhas de pobreza (extrema pobreza, pobreza absoluta, pobreza relativa e pobreza social) que foram calculadas para o Brasil e Unidades da Federação. Em

³ Ver World bank (2022).

⁴ Elaborada a partir de uma pesquisa mundial de preços de bens e serviços, a taxa de câmbio medida em Paridade de Poder de Compra (PPC) permite a

comparação do valor real das moedas em determinado momento.

⁵ $LPS = (97.79 + 404.29 = 502.07)$.

primeiro lugar, cabe destacar que o valor da mediana da renda domiciliar per capita do Brasil era de R\$ 808,57 em 2021. Esse valor é inferior à média da renda domiciliar per capita do mesmo ano, que era de R\$ 1.350,81. Mas, então, por que usar a mediana e não a média?

A mediana indica exatamente o ponto no meio da distribuição, não importando se existe concentração maior em rendas mais baixas ou mais altas. Por exemplo, em distribuições de renda com elevadas distorções e desigualdades altas, a mediana é frequentemente usada por não ser afetada pelos valores extremos destas distribuições assimétricas. Em contraste, a média e a moda podem sofrer grandes variações em distribuições assimétricas.

As linhas nacionais que utilizam somente o conceito de pobreza absoluta – linha de extrema pobreza (R\$ 182,82) e pobreza (R\$582,57) - possuem valores iguais para o Brasil e Unidades da Federação. Nesse caso, o uso das medidas absolutas tradicionais implica assumir que os custos para sobreviver em Brasília e no Maranhão, por exemplo, seriam idênticos, e que uma pessoa que recebe R\$ 182,82 (linha de pobreza extrema) adquire os mesmos alimentos nas duas capitais.

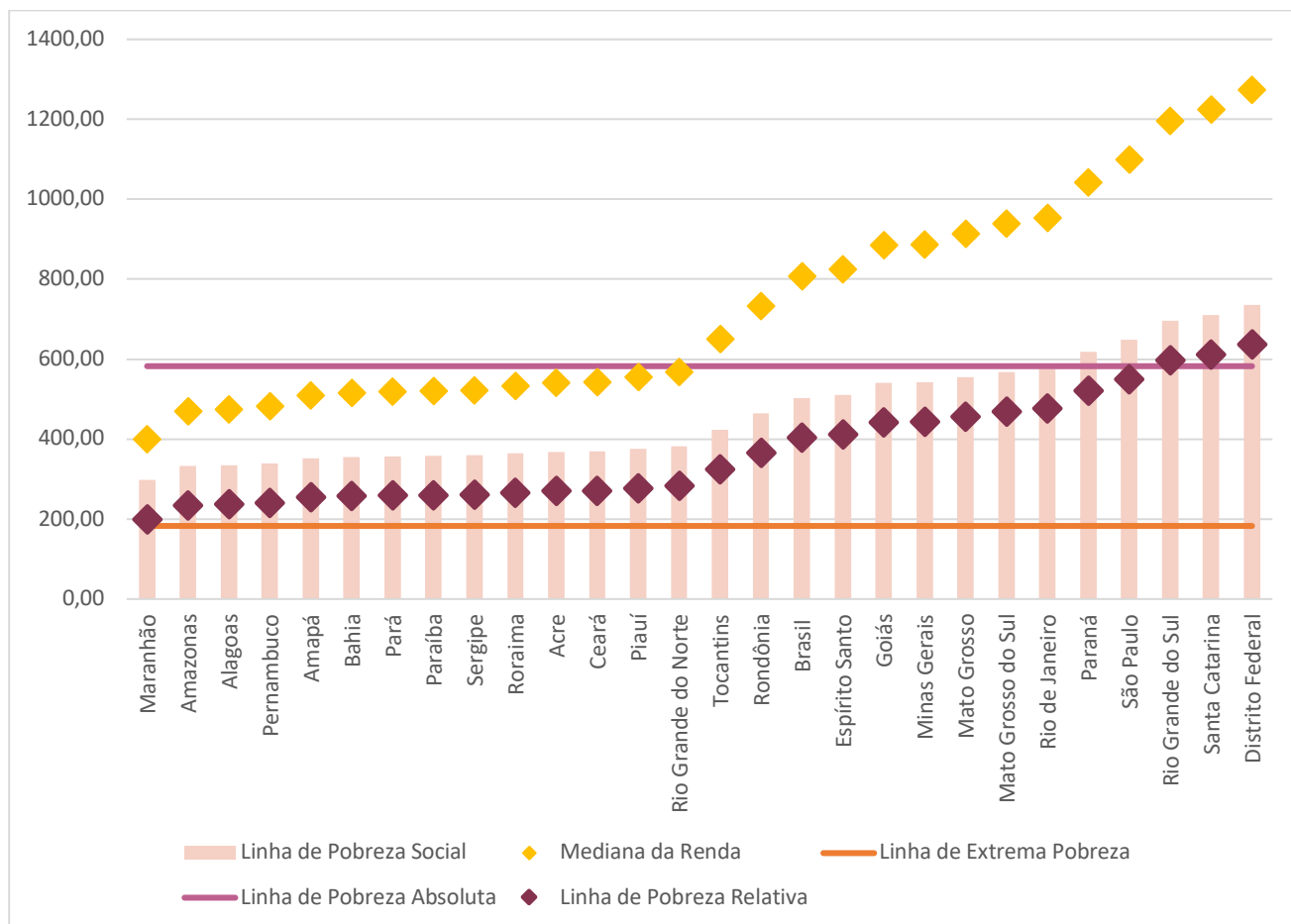
Por outro lado, se optássemos por utilizar somente a linha de pobreza relativa, que é calculada considerando relativamente pobres aquelas pessoas que recebem menos do que o equivalente a 50% da mediana da renda domiciliar per capita, o valor da linha de pobreza para o Brasil seria de R\$404,29, e os

estados ficariam, predominantemente, com linhas de pobreza entre a extrema pobreza e a pobreza absoluta.

Em função disso, usar a linha de pobreza social contribui para um melhor monitoramento dos dois principais objetivos estabelecidos internacionalmente no combate à pobreza, que são (1) a erradicação da pobreza extrema e, (2) a promoção da prosperidade compartilhada, que busca promover o crescimento da renda real per capita dos 40% mais pobres da população de cada país (World Bank, 2017). Além disso, a medida de pobreza social visa superar o contraste que existe entre identificação dos pobres utilizando somente o conceito de necessidades básicas mínimas e a visão mais moderna e realista que considera também conceitos de capacitações, direitos mínimos e inclusão no modo de vida e de funcionamento da sociedade.

De acordo com o Banco Mundial, a capacidade mais a habilidade de uma pessoa para exercer seu potencial depende da sociedade em que vive, e os direitos mínimos de uma pessoa só têm significado em um contexto social. Em decorrência disso, a identificação da pobreza com base na linha de pobreza social busca garantir que o conceito absoluto de funcionamentos se traduza em conceito relativo de recursos, uma vez que ela contempla tanto garantir o mínimo como reduzir a desigualdade por meio do compartilhamento da prosperidade com os 40% mais pobres da população.

Figura 1 – Mediana da Renda domiciliar per capita e linhas de pobreza (Absoluta, Relativa e Pobreza Social) para o Brasil e Unidades da Federação (valores de 2021)



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2021.

Nota: Os valores das linhas podem ser verificados na Tabela 1A em anexo.

2 – INCIDÊNCIA DE POBREZA SOCIAL NO BRASIL E REGIÕES NO PERÍODO 2012 A 2021

Nesta seção apresentamos os percentuais de pessoas pobres no Brasil, por regiões, sexo e raça. Inicialmente, na figura 2, estão apresentados os percentuais de pobres no país de acordo com as linhas tradicionais (absolutas e relativa) e com a nova linha de pobreza social. Como é possível observar, o percentual de pessoas vivendo em extrema pobreza – representado pela linha inferior

(pessoas que recebem menos de R\$ 182,82 reais per capita/mês), esteve abaixo de 10% da população do país durante todo o período.

Adicionalmente, utilizando a linha de pobreza absoluta que o Banco Mundial recomenda para países de renda média-alta – linha superior – o percentual se manteve acima de 30% da população sendo considerada pobre. Quando utilizamos a linha de pobreza

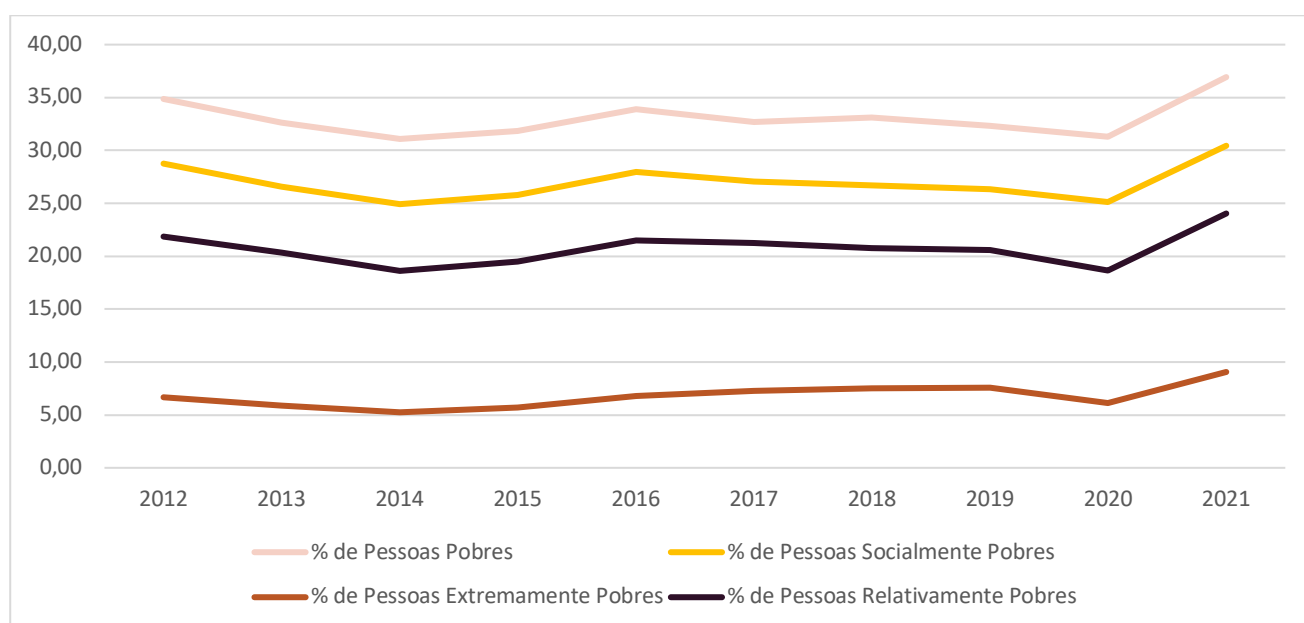
puramente relativa, linha amarela na figura 2, vemos que o percentual dos que possuem renda domiciliar per capita inferior a 50% da mediana da renda o país é aproximadamente o dobro do percentual de extremamente pobres, mas significativamente inferior ao percentual dos absolutamente pobres.

Finalmente, utilizando a linha de pobreza social, o percentual de pessoas identificadas como pobres durante o período 2012-2021 esteve entre a linha de pobreza relativa e a linha de pobreza absoluta. Tal resultado é esperado, já que: 1. O limite inferior da linha de pobreza social é a linha de extrema pobreza; 2. No Brasil o valor correspondente a 50% da mediana de renda é significativamente inferior à linha de pobreza absoluta recomendada pelo Banco Mundial. Como consequência, no nível nacional o percentual de pobreza social tende a ficar acima do percentual de extrema pobreza, mas abaixo da taxa de pobreza.

Em países mais desenvolvidos, com uma mediana de renda mais alta, é comum que o valor da linha de pobreza social seja superior ao da linha de pobreza absoluta. E é também o que ocorre em algumas das Unidades da Federação mais ricas do país, conforme pode ser observado na Figura 1. Voltaremos a este ponto nos próximos parágrafos.

Em 2021, 30,4% dos brasileiros estavam em situação de pobreza social. Essa taxa é 5,5 pontos percentuais maior que aquela encontrada em 2020, quando o percentual de socialmente pobres no Brasil era de 25,1%. Portanto, assim como ocorre com as demais medidas de pobreza, diante dos efeitos da pandemia de Covid-19 houve um súbito e grave aumento do percentual de socialmente pobres no Brasil, atingindo o maior valor da série histórica no ano de 2021.

Figura 2 – Percentual de pessoas socialmente pobres, extremamente pobres, pobres e relativamente pobres no Brasil (período 2012-2021)

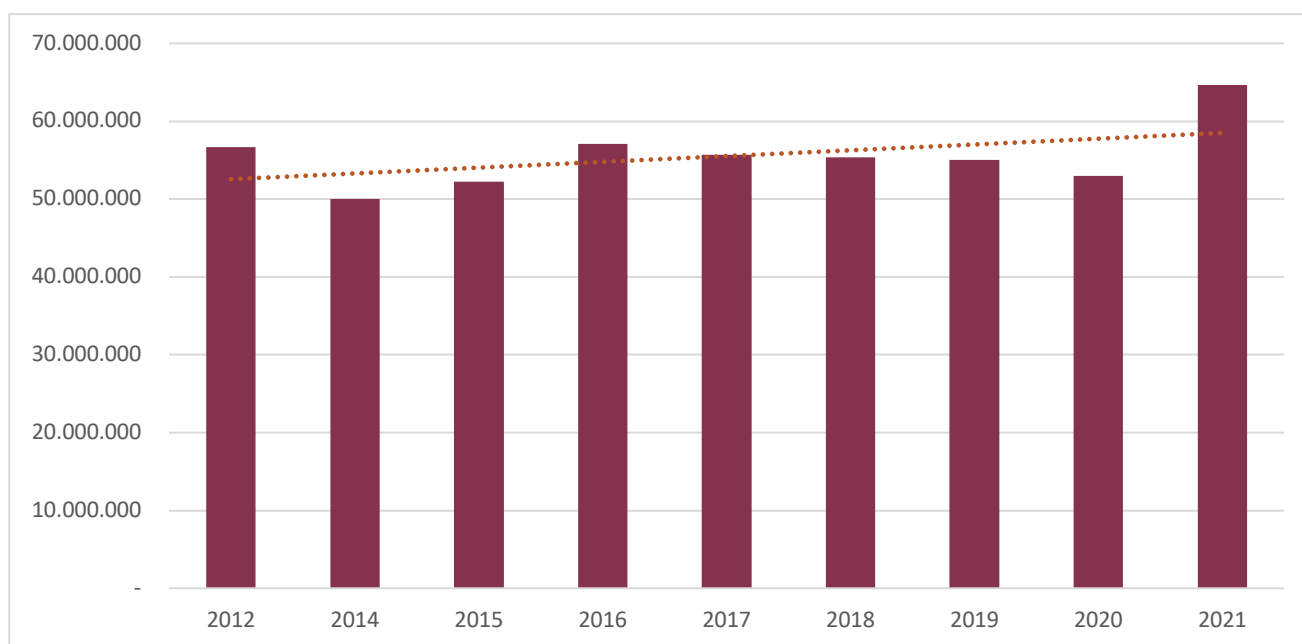


Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012-2021.

Em termos absolutos, entre 2020 e 2021 houve um aumento de 11,7 milhões de pessoas em situação de pobreza social no país, saltando de 52,9 para 64,6 milhões. Desse modo, conforme pode ser visualizado na Figura 3, em 2021 ultrapassamos o valor mais alto da

série histórica até então, de 2016, quando o número de pessoas em situação de pobreza social era de 57,1 milhões. Com efeito, também em termos absolutos a situação encontrada em 2021 é a pior da série histórica no que se refere à pobreza social.

Figura 3 – Número de pessoas em situação de pobreza social no Brasil (período 2012-2021)



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012-2021.

Utilizando as linhas de pobreza social calculadas a partir da mediana da renda domiciliar per capita de cada região geográfica, que podem ser visualizadas na tabela 1, apresentamos na figura 3 os percentuais de pessoas identificadas como socialmente pobres em cada região. É possível perceber que a mediana varia significativamente entre as regiões. Consequentemente, também ocorrem variações nas linhas de pobreza social.

Enquanto nas regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste a linha de pobreza social assume valores mais baixos que a linha de pobreza absoluta, nas regiões Sul e Sudeste ela assume valores mais altos. Na região Sudeste a

linha de pobreza social é de 606,49 reais per capita, e na região Sul é de 665,55 reais per capita – ambas mais altas que a linha de pobreza absoluta de R\$582,47. Isso acontece por se tratar das regiões mais ricas do país, o que se reflete em um valor mais alto na mediana de renda e, consequentemente, na elevação da linha de pobreza social.

Portanto, enquanto nas regiões Centro-oeste, Nordeste e Norte todas as pessoas abaixo da linha de pobreza social estão também abaixo da linha de pobreza absoluta, nas regiões Sul e Sudeste nem todos os indivíduos considerados socialmente pobres estariam classificados como em situação de pobreza

absoluta. Adicionalmente, também é importante notar que em nenhuma região a linha de pobreza social atinge o seu piso, que

seria igual ao valor da linha de extrema pobreza absoluta (R\$182,82).

Tabela 1 – Mediana da renda domiciliar per capita e linhas de pobreza das regiões Brasileiras (valores de 2021)

	Mediana da renda domiciliar per capita	Linha Pobreza Extrema	Linha Pobreza absoluta	Linha Pobreza Relativa	Linha de Pobreza Social por Região
Brasil	808.85	182.82	582.47	404.43	502.21
Centro Oeste	956.57	182.82	582.47	478.28	576.07
Nordeste	505.82	182.82	582.47	252.91	350.70
Norte	538.03	182.82	582.47	269.02	366.80
Sudeste	1017.40	182.82	582.47	508.70	606.49
Sul	1135.52	182.82	582.47	567.76	665.55

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2021.

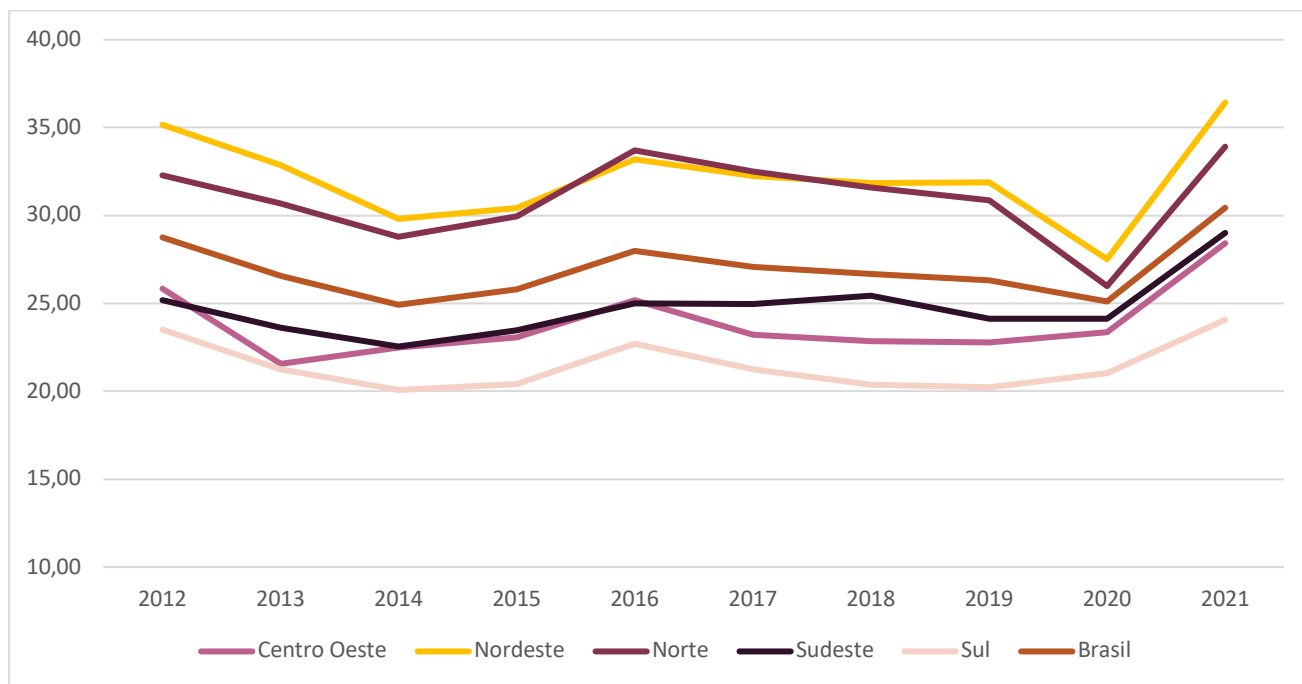
Na figura 4 é possível perceber que apesar de as regiões Nordeste e Norte - as duas regiões com percentuais de pobres acima do percentual médio nacional - serem as regiões com linhas de pobreza social com valores mais baixos, ainda assim nestas duas regiões identificamos os maiores percentuais de pessoas em situação de pobreza social, revelando como a desigualdade impacta na incidência da pobreza social. Por outro lado, apesar de a região Sul ter a linha de pobreza

social mais elevada, as taxas de pobreza social foram as menores ao longo de todo o período.⁶

No ano de 2021 a taxa de pobreza social era de 36,4% na região Nordeste, 33,9% na região Norte, 29% na região Sudeste, 28,4% na região Centro-Oeste, e 24% na região Sul. E em todas as regiões, assim como ocorreu para o país como um todo, houve forte aumento da pobreza entre 2020 e 2021.

⁶ Para as taxas de pobreza social por Unidades da Federação, ver a Tabela 4A, em anexo.

Figura 4 – Percentual de pessoas socialmente pobres no Brasil (linha de pobreza baseada na mediana do país) e regiões (linhas de pobreza baseada na mediana da renda de cada região) (2012-2021)



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012-2021.

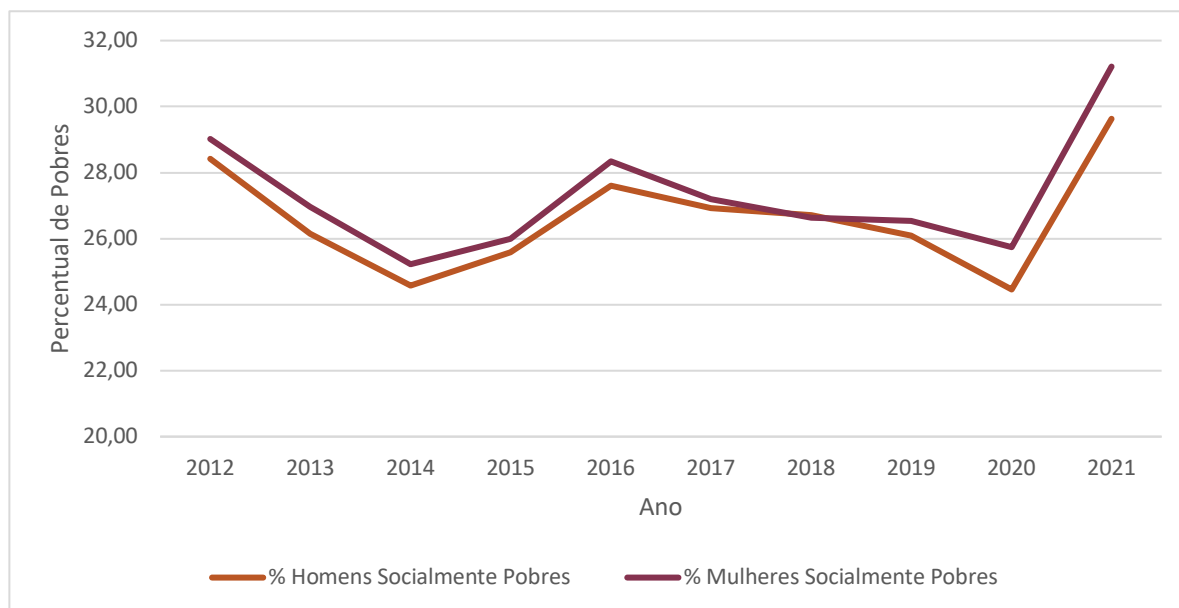
Assim como as linhas de pobreza tradicionalmente utilizadas, a linha de pobreza social também permite sua decomposição por grupos populacionais. Na figura 5 ilustramos a incidência de pobreza entre homens e mulheres.

É possível perceber que o percentual de mulheres que vivem em situação de pobreza social foi superior ao percentual de homens ao longo de todo o período, com exceção de 2018

– quando ficou 0,07 pontos percentuais abaixo.⁷ De todo modo, e conforme esperado, a diferença nas taxas de pobreza social de homens e mulheres é relativamente pequena. Isso acontece porque o cálculo das taxas de pobreza é feito com base na renda da família onde os indivíduos estão inseridos. Dessa forma, se a família é considerada pobre de acordo com determinado critério, todos os seus membros serão assim classificados, independentemente de seu sexo.

⁷ Para um recorte de gênero por regiões geográficas, ver a Tabela 2A, em anexo.

Figura 5 – Percentual de Homens e Mulheres socialmente pobres no Brasil no período de 2012 a 2021

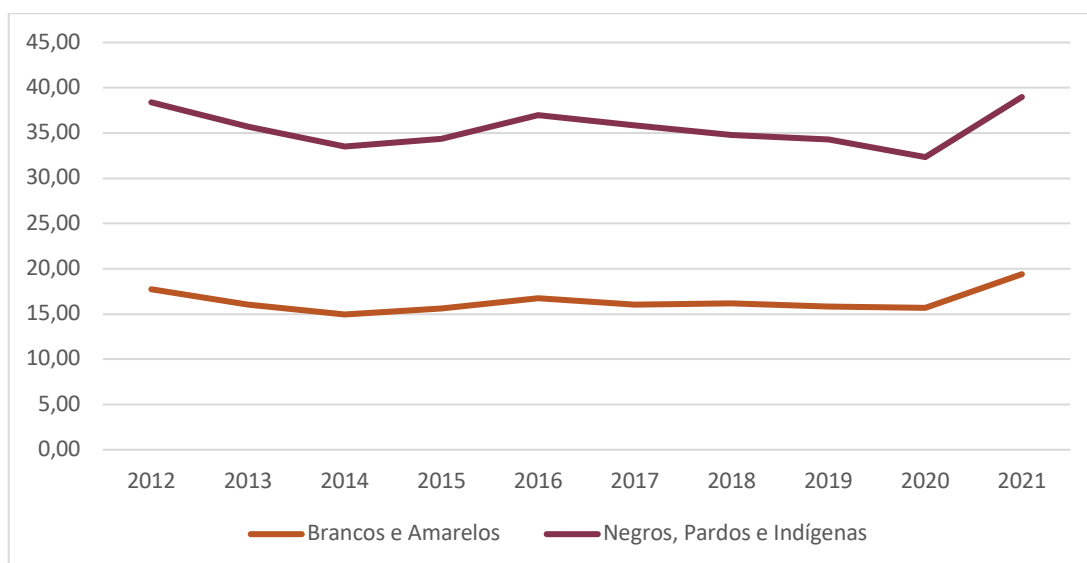


Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012-2021.

Mesmo assim, a taxa de pobreza tende a ser ligeiramente maior para as mulheres. Em 2021, por exemplo, enquanto 31,2% das mulheres se encontravam em situação de pobreza social, entre os homens essa cifra era de 29,6%. Possivelmente, essa desvantagem

das mulheres se deve à formação de famílias monoparentais chefiadas por pessoas do sexo feminino, entre as quais a vulnerabilidade social tende a ser maior. No entanto, investigações mais detalhadas a esse respeito se fazem necessárias.

Figura 6 – Percentual de Brancos e Amarelos e Pretos, Pardos e Indígenas socialmente pobres no Brasil no período de 2012 a 2021



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012-2021.

A distância das taxas de pobreza social entre as categorias raciais, por sua vez, é bastante acentuada – conforme pode ser visualizado na Figura 6.⁸ Em 2021, entre os brancos e amarelos a taxa de pobreza social era de 19,4%; enquanto isso, entre os pretos, pardos e indígenas a taxa era de 38,9%. Ao longo de toda a série histórica, a diferença média entre as duas taxas foi de 19,1 pontos percentuais a mais para o grupo dos pretos, pardos e indígenas. Portanto, assim como ocorre para as demais medidas, também em termos de pobreza social os negros sofrem uma enorme desvantagem, que reflete sua maior concentração na base da pirâmide social do país.

Por fim, é importante observar que para todas as categorias observadas, homens e mulheres, brancos e negros, há um aumento significativo da taxa de pobreza social entre 2020 e 2021. Por um lado, entre 2019 e 2020 verificamos uma redução da taxa de pobreza, que reflete os efeitos das políticas de auxílio emergencial adotadas durante a pandemia. Por outro, entre 2020 e 2021, com o enfraquecimento daquelas políticas, o que notamos é uma significativa elevação da pobreza social. O mesmo, conforme já verificado em estudos anteriores, foi também observado para outras medidas de pobreza (Salata e Ribeiro, 2022).

3 – INTENSIDADE DA POBREZA SOCIAL NO BRASIL E REGIÕES (2012-2021)

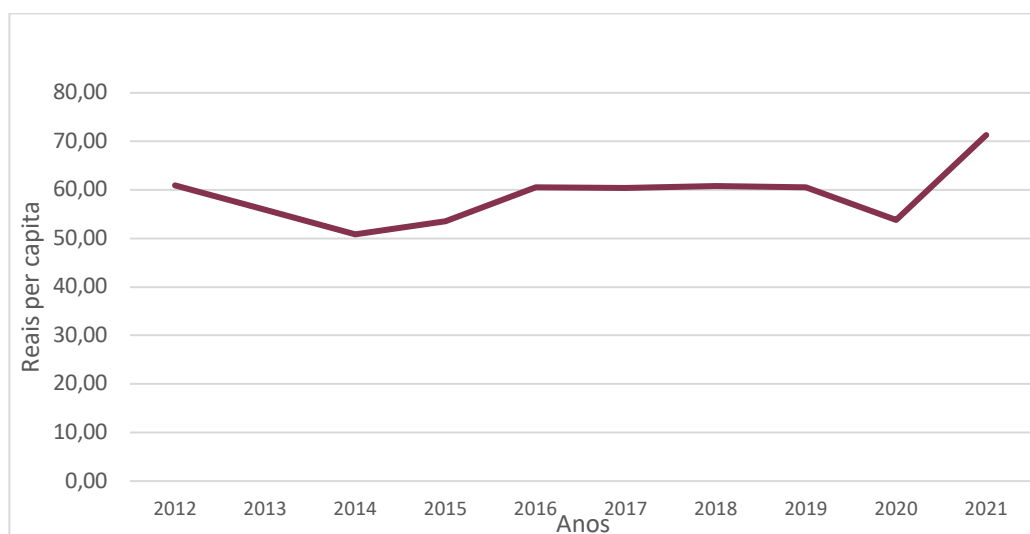
Na seção anterior apresentamos o percentual da população em situação de pobreza social no Brasil, por sexo, por cor declarada e por região. Considerando que para o formulador de política pública é importante, também, saber quão pobres as pessoas são e quanto de verba seria necessário para tirar as pessoas da condição de pobreza social, a seguir serão apresentados o hiato da pobreza (que é a distância média entre a renda dos pobres e a linha de pobreza), o percentual que esse hiato representa da linha de pobreza e o valor mensal necessário para erradicar a pobreza.

Na figura 7 é possível perceber que a distância que as pessoas consideradas pobres

estavam da linha da pobreza variou ao longo do tempo. Os anos de 2014 e 2020 foram os que registraram pobreza menos intensa. No ano de 2014, por exemplo, faltou, em média, 50 reais para que cada uma das pessoas alcançasse a linha da pobreza. Um fato que chama atenção nessa figura é que no ano de 2021 foram registrados os maiores percentuais de pessoas em situação de pobreza social e, também, a maior severidade da pobreza. Ou seja, em 2021 o país registrou aumento tanto na incidência quanto na intensidade da pobreza, sendo que para cada pessoa em situação de pobreza social faltava aproximadamente R\$ 70,00 reais alcançar a linha da pobreza.

⁸ Para um recorte de raça por regiões geográficas, ver a Tabela 3A, em anexo.

Figura 7 - Hiato da pobreza - Distância per capita média entre a renda dos pobres e linha da pobreza social no Brasil entre 2012 e 2021



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012-2021.

Na tabela 2 são apresentados os valores médios do hiato, o percentual que o hiato representa da linha da pobreza social, o número de pobres e o valor em reais que seria necessário para erradicar a pobreza social. É possível, novamente, notar que o ano de 2021 se destaca tanto por maior valor médio, maior percentual de

defasagem e maior número de pobres, o que resulta em um valor necessário para tirar todas as pessoas da condição de pobreza que é 1,8 vezes o valor necessário em 2014, ano que o menor hiato da renda e menor número de pessoas em condição de pobreza social.

Tabela 2 – Hiato da pobreza, percentual médio do hiato de renda, número de pobres e valor necessário para erradicar a pobreza social no Brasil entre 2012 e 2021

Ano	Valor médio do déficit em relação a linha de pobreza	Percentual médio do déficit (distância) da renda dos pobres em relação à linha de pobreza (Poverty gap ratio %)	Número de pessoas em Situação de Pobreza Social	Valor mensal necessário para retirar as pessoas da pobreza (R\$)
2012	60.89	12.13	56 680 716	3 451 406 201.78
2013	55.90	11.13	52 867 676	2 955 442 012.88
2014	50.85	10.13	50 004 856	2 542 581 040.69
2015	53.61	10.68	52 227 232	2 799 764 810.75
2016	60.56	12.06	57 114 388	3 459 058 683.17
2017	60.47	12.04	55 707 188	3 368 561 947.04
2018	60.80	12.11	55 358 628	3 365 941 967.62
2019	60.55	12.06	55 064 184	3 334 171 492.95
2020	53.76	10.71	52 945 684	2 846 494 600.55
2021	71.31	14.20	64 654 736	4 610 360 069.58

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012-2021.

Ao analisar a severidade da pobreza de forma separada para homens e mulheres, conforme pode ser visto na tabela 3, é possível perceber que na maioria dos anos analisados a renda das mulheres apresentava hiato levemente superior ao dos homens, ao mesmo tempo que o número de mulheres em situação de pobreza

social foi mais elevado que o de homens em todos os anos da série. Esse fato, conforme já mencionado na seção anterior, pode ser decorrente da existência de famílias chefiadas por mulheres, ou também, de uma possível menor participação das mulheres na força produtiva.

Tabela 3 – Intensidade da pobreza para homens e mulheres no Brasil (2012-2021)

Ano	Valor médio do déficit em relação a linha de pobreza	Percentual médio do déficit (distância) da renda dos pobres renda e a linha de pobreza (Poverty gap ratio %)	Número de pessoas em Situação de Pobreza Social	Valor Necessário para retirar as pessoas da pobreza
Homens				
2012	60,38	12,03	27.478.046	1.659.086.201,78
2013	55,10	10,98	25.493.652	1.404.763.196,34
2014	50,23	10,00	24.166.220	1.213.907.927,87
2015	53,18	10,59	25.360.174	1.348.641.651,17
2016	59,84	11,92	27.578.656	1.650.385.330,85
2017	60,48	12,05	26.777.392	1.619.516.947,92
2018	60,87	12,12	26.745.796	1.628.078.698,25
2019	60,28	12,01	26.202.740	1.579.373.257,65
2020	52,33	10,42	25.217.196	1.319.587.104,84
2021	68,69	13,68	30.769.484	2.113.523.935,70
Mulheres				
2012	61,39	12,23	29.202.668	1.792.622.195,21
2013	56,67	11,29	27.374.026	1.551.315.115,48
2014	51,44	10,24	25.838.638	1.329.060.450,43
2015	54,02	10,76	26.867.060	1.451.299.346,65
2016	61,25	12,20	29.535.732	1.809.203.499,96
2017	60,46	12,04	28.929.798	1.749.041.853,20
2018	60,74	12,10	28.612.834	1.737.868.213,31
2019	60,81	12,11	28.861.446	1.754.924.382,54
2020	55,13	10,98	27.728.486	1.528.796.343,16
2021	73,81	14,70	33.885.252	2.501.138.516,47

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012-2021.

Ao decompor a severidade da pobreza pela cor/raça declarada pelas pessoas entrevistadas, é possível perceber que o hiato da renda das pessoas que se declararam pretas, pardas e indígenas é, em média, mais do que o dobro do hiato da renda verificado para as pessoas que se declararam brancas ou amarelas. Essa

diferença marcante é persistente ao longo da série analisada. Em períodos em que a pobreza se torna menos profunda, a severidade da pobreza ainda se mantém desigual com desvantagens para os não brancos. Já nos períodos em que a severidade da pobreza aumenta, o aumento da carência de renda é mais intenso para os não brancos.

Tabela 4 - Intensidade da pobreza da população Brasileira que se declarou Branca/ Amarela e Preta/Parta e Indígena (2012-2021)

Ano	Valor médio do déficit em relação a linha de pobreza	Percentual médio do déficit (distância) da renda dos pobres renda e a linha de pobreza (Poverty gap ratio %)	Número de pessoas em Situação de Pobreza Social	Valor Necessário para retirar as pessoas da pobreza
Branco e Amarelo				
2012	35,10	6,99	16.352.051	574.015.736,19
2013	31,53	6,28	14.812.434	466.977.139,00
2014	28,60	5,70	13.923.000	398.216.900,13
2015	30,39	6,05	14.479.501	439.959.836,18
2016	34,30	6,83	15.249.259	523.021.728,47
2017	33,71	6,71	14.665.428	494.335.518,50
2018	34,51	6,87	14.630.545	504.835.766,55
2019	34,18	6,81	14.364.270	491.041.603,68
2020	33,04	6,58	14.341.095	473.761.259,19
2021	43,77	8,72	17.976.754	786.824.049,25
Pretos, Pardos e Indígenas				
2012	83,58	16,65	40.328.664	3.370.595.543,03
2013	77,05	15,35	38.055.244	2.932.132.269,00
2014	70,09	13,96	36.081.856	2.529.145.034,14
2015	73,16	14,57	37.746.552	2.761.354.223,00
2016	81,67	16,27	41.863.732	3.418.853.681,48
2017	81,85	16,30	41.041.160	3.359.075.180,22
2018	81,14	16,16	40.724.296	3.304.313.223,68
2019	80,69	16,07	40.697.600	3.283.997.487,58
2020	69,65	13,87	38.577.952	2.686.892.825,71
2021	92,62	18,45	46.669.248	4.322.693.241,06

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012-2021.

Ao realizar o mesmo exercício utilizando as linhas de pobreza social regionais, que consideram as particularidades do desenvolvimento de cada região, é possível perceber, conforme observamos na tabela 5, que mesmo considerando os valores mais baixos, vinculados às medianas específicas para

cada região, a pobreza é mais severa nas regiões Nordeste e Norte do Brasil, com defasagens acima de 10% do valor da linha de pobreza. Por outro lado, a região Sul é a que apresenta os menores hiatos da renda, com percentuais em torno de 7 a 8% abaixo da linha da pobreza social.⁹

⁹ A decomposição da severidade da pobreza por sexo, cor/raça utilizando as linhas regionais estão disponíveis para consulta nas tabelas 5A e 6A, em anexo.

Tabela 5 - Intensidade da Pobreza Social nas Regiões Brasileiras (2012-2021)

Ano	Déficit (diferença) per capita médio entre a renda dos pobres e linha da pobreza social (Per capita poverty gap)	Percentual médio do déficit (distância) da renda dos pobres em relação a linha de pobreza (Poverty gap ratio %)	Número de pessoas em Situação de Pobreza Social	Valor Necessário para retirar as pessoas da pobreza
Nordeste				
2012	50,96	14,53	18.681.388	952.066.669,13
2013	46,54	13,27	17.273.776	803.885.426,89
2014	40,60	11,58	15.676.936	636.491.734,88
2015	43,17	12,31	16.170.826	698.100.549,82
2016	49,41	14,09	17.768.604	877.859.138,89
2017	50,57	14,42	17.409.132	880.403.485,77
2018	52,24	14,90	17.562.664	917.483.715,38
2019	52,93	15,09	17.716.978	937.701.627,19
2020	40,95	11,68	14.990.306	613.926.196,12
2021	60,50	17,25	20.042.224	1.212.572.484,91
Norte				
2012	48,37	13,19	5.295.994	256.169.826,79
2013	44,57	12,15	5.105.176	227.532.737,67
2014	40,64	11,08	4.861.432	197.577.135,74
2015	44,54	12,14	5.126.587	228.328.446,48
2016	50,38	13,73	5.851.697	294.788.216,18
2017	53,98	14,72	5.718.729	308.707.804,84
2018	52,52	14,32	5.633.287	295.847.613,77
2019	52,86	14,41	5.580.834	294.998.672,84
2020	39,31	10,72	4.760.021	187.109.478,50
2021	56,44	15,39	6.292.038	355.091.725,61
Centro Oeste				
2012	50,72	8,80	3.779.797	191.721.953,16
2013	43,25	7,51	3.200.742	138.434.196,09
2014	43,84	7,61	3.388.845	148.562.465,06
2015	46,27	8,03	3.530.634	163.358.610,49
2016	52,46	9,11	3.905.348	204.879.418,87
2017	49,11	8,53	3.651.616	179.348.408,96
2018	48,30	8,38	3.644.416	176.017.439,25
2019	46,23	8,03	3.675.731	169.946.839,36
2020	48,19	8,37	3.818.963	184.039.621,21
2021	61,68	10,71	4.706.554	290.277.325,01
Sudeste				
2012	57,90	9,55	20.997.838	121.578.548,84
2013	53,26	8,78	19.865.964	105.797.312,51
2014	48,70	8,03	19.126.364	93.136.514,10
2015	52,18	8,60	20.063.878	104.699.808,53
2016	58,58	9,66	21.547.368	126.220.983,22
2017	57,63	9,50	21.709.230	125.111.247,15
2018	59,50	9,81	22.271.616	132.511.992,86
2019	57,77	9,52	21.300.148	123.045.032,77
2020	57,00	9,40	21.465.144	122.357.213,69
2021	73,58	12,13	25.976.884	191.148.009,70
Sul				
2012	57,07	8,57	6.646.085	379.297.050,92
2013	49,48	7,43	6.059.447	299.809.643,48
2014	45,91	6,90	5.767.417	264.767.153,61
2015	48,12	7,23	5.913.895	284.552.890,45
2016	54,92	8,25	6.626.264	363.906.335,47
2017	52,81	7,93	6.258.731	330.528.098,17
2018	51,38	7,72	6.044.350	310.529.278,38
2019	52,29	7,86	6.041.232	315.908.784,06
2020	53,77	8,08	6.328.981	340.281.856,73
2021	62,29	9,36	7.295.754	454.426.700,66

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012-2021.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS

BAAH, Samuel Kofi Tetteh., JOLLIFFE, Dean Mitchell Christoph and MAHLER, Lakner Daniel Gerszon. Updating the World Bank's Societal Poverty Line with the 2017 Purchasing Power Parities. Washington, DC: World Bank, 2022.

JOLLIFFE, Dean and PRYDZ, Espen Beer. Societal Poverty: A Relative and Relevant Measure. *The World Bank Economic Review* 35, n. 1, p. 180–206, 2021.

JOLLIFFE, Dean and PRYDZ, Espen Beer. Estimating International Poverty Lines from Comparable National Thresholds. *Journal of Economic Inequality* n. 14, v. 2, p. 185–98, 2016.

JOLLIFFE, Dean Mitchell., MAHLER, Daniel Gerszon., LAKNER, Christoph., ATAMANOV, Aziz and TETTEH BAAH, Samuel Kofi. *Assessing the Impact of the 2017 PPPs on the International Poverty Line and Global Poverty (English)*. Policy Research working paper, n. WPS 9941, 2022

SALATA, Andre Ricardo., RIBEIRO, Marcelo Gomes. *Boletim Desigualdade nas Metrópoles*. Porto Alegre/RS, n. 09, 2022

WORLD BANK. 2017. *Monitoring Global Poverty: Report of the Commission on Global Poverty*. Washington, DC: World Bank, 2017.

WORLD BANK. *Poverty and Shared Prosperity 2022: Correcting Course*. Washington, DC: World Bank, 2022.

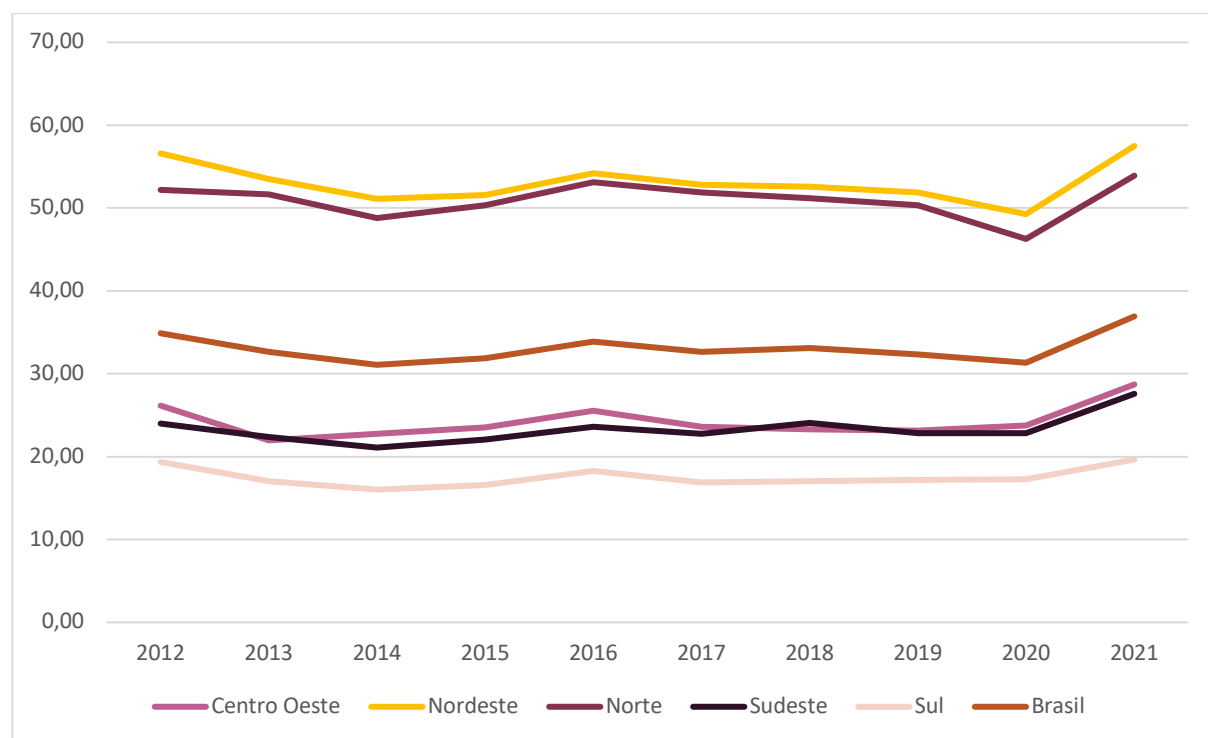
ANEXOS

Tabela 1 A – Mediana da renda do Brasil e Unidades da Federação e linhas de pobreza extrema, absoluta, relativa e Linha de Pobreza Social (2021)

	Mediana da Renda	Linha de Extrema Pobreza	Linha de Pobreza Absoluta	Linha de Pobreza Relativa	Linha de Pobreza Social
Maranhão	400,00	182,82	582,47	200,00	297,79
Amazonas	470,43	182,82	582,47	235,21	333,00
Alagoas	475,00	182,82	582,47	237,50	335,29
Pernambuco	482,82	182,82	582,47	241,41	339,20
Amapá	509,00	182,82	582,47	254,50	352,29
Bahia	516,00	182,82	582,47	258,00	355,79
Pará	519,00	182,82	582,47	259,50	357,29
Paraíba	521,31	182,82	582,47	260,65	358,44
Sergipe	522,85	182,82	582,47	261,43	359,21
Roraima	533,00	182,82	582,47	266,50	364,29
Acre	541,57	182,82	582,47	270,79	368,57
Ceará	543,57	182,82	582,47	271,78	369,57
Piauí	555,89	182,82	582,47	277,95	375,73
Rio Grande do Norte	567,77	182,82	582,47	283,88	381,67
Tocantins	651,19	182,82	582,47	325,60	423,38
Rondônia	733,00	182,82	582,47	366,50	464,29
Brasil	808,57	182,82	582,47	404,29	502,07
Espírito Santo	825,00	182,82	582,47	412,50	510,29
Goiás	885,99	182,82	582,47	442,99	540,78
Minas Gerais	887,61	182,82	582,47	443,80	541,59
Mato Grosso	914,48	182,82	582,47	457,24	555,03
Mato Grosso do Sul	940,00	182,82	582,47	470,00	567,79
Rio de Janeiro	954,30	182,82	582,47	477,15	574,94
Paraná	1042,68	182,82	582,47	521,34	619,13
São Paulo	1100,00	182,82	582,47	550,00	647,79
Rio Grande do Sul	1197,00	182,82	582,47	598,50	696,29
Santa Catarina	1225,27	182,82	582,47	612,63	710,42
Distrito Federal	1275,00	182,82	582,47	637,50	735,29

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2021.

Figura 1A – Percentual de pessoas pobres por região do país utilizando o valor atualizado da linha de pobreza absoluta definida pelo Banco Mundial em Setembro de 2022(2012-2021)



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012-2021.

Tabela 2A - Percentual de Homens e Mulheres Socialmente Pobres nas Cinco Regiões Brasileiras (2012-2021)

Ano	Nordeste		Norte		Centro Oeste		Sudeste		Sul	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
2012	34,15	34,28	32,43	32,14	24,72	26,92	24,55	25,78	23,11	23,96
2013	31,38	31,52	30,30	31,08	20,42	22,69	22,85	24,34	20,77	21,79
2014	28,32	28,44	28,31	29,31	21,58	23,39	21,96	23,10	19,63	20,72
2015	29,07	29,13	29,55	30,33	22,12	24,03	23,02	23,86	20,06	21,07
2016	32,04	31,57	33,43	34,02	24,24	26,10	24,17	25,76	22,34	23,11
2017	31,27	30,71	32,62	32,41	22,62	23,82	24,37	25,54	21,08	21,47
2018	31,37	30,80	31,48	31,69	22,26	23,44	25,10	25,72	20,41	20,35
2019	31,38	30,99	30,92	30,83	22,20	23,31	23,49	24,72	19,97	20,50
2020	26,09	26,36	25,77	26,20	22,35	24,36	23,11	25,12	20,25	22,15
2021	34,17	35,57	32,67	35,19	26,82	29,98	27,87	30,09	23,30	24,99

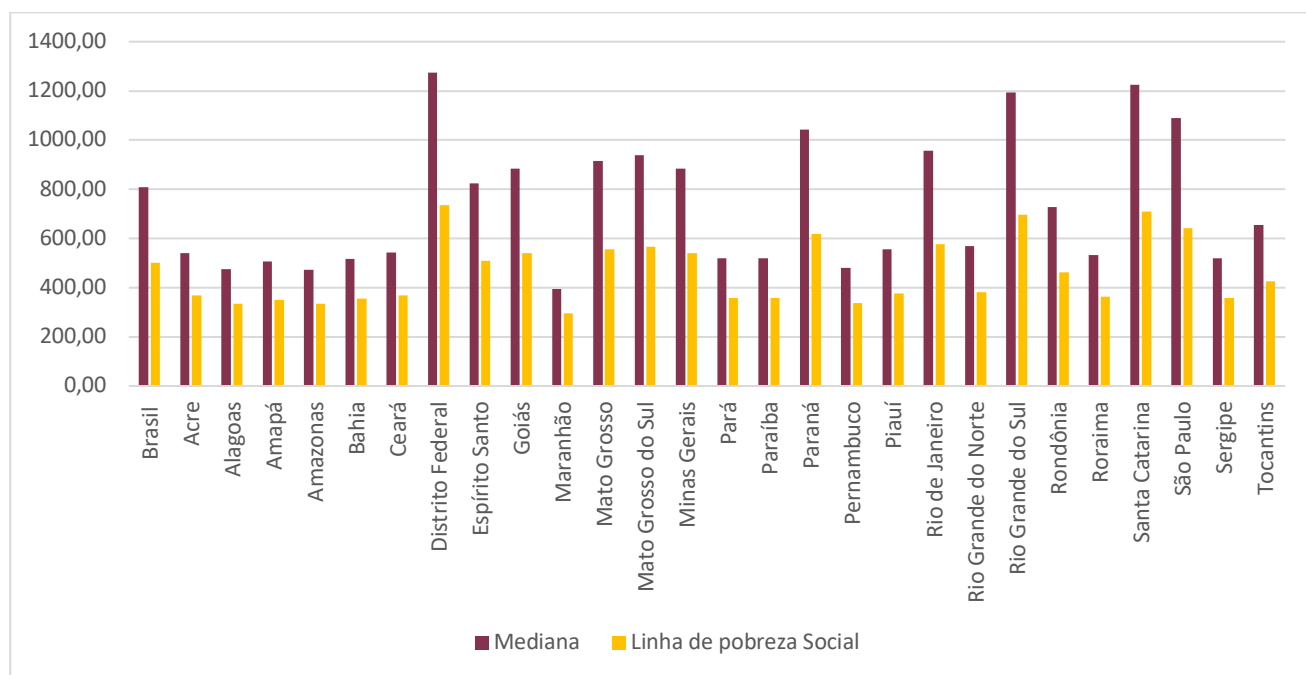
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012-2021.

Tabela 3A - Percentual de Brancos e Não Brancos Socialmente Pobres nas Cinco Regiões Brasileiras (2012-2021)

	Nordeste		Norte		Centro Oeste		Sudeste		Sul	
Ano	Brancos e Amarelos	Pretos, Partos e Indígenas	Brancos e Amarelos	Pretos, Partos e Indígenas	Brancos e Amarelos	Pretos, Partos e Indígenas	Brancos e Amarelos	Pretos, Partos e Indígenas	Brancos e Amarelos	Pretos, Partos e Indígenas
2012	27,05	36,80	22,45	35,00	19,95	29,74	18,04	33,99	20,07	36,75
2013	24,39	34,00	21,35	33,14	15,71	25,40	16,99	31,62	18,14	33,03
2014	21,97	30,65	18,81	31,25	15,39	27,10	16,28	30,25	16,88	32,61
2015	22,34	31,41	20,12	32,39	15,53	27,84	17,22	30,79	17,45	32,20
2016	24,90	34,09	24,07	36,07	18,15	29,35	17,37	33,45	19,09	34,80
2017	24,45	33,05	23,48	34,58	17,37	26,66	17,16	33,82	17,53	33,85
2018	23,91	33,37	20,32	34,11	16,44	26,64	18,33	32,97	16,82	31,46
2019	24,26	33,37	20,14	33,35	17,46	25,74	17,24	31,43	16,60	31,10
2020	20,48	28,08	17,06	27,98	17,49	26,75	17,62	31,01	17,91	31,44
2021	29,37	36,73	22,98	36,33	20,56	32,71	21,48	37,02	20,25	36,25

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012-2021.

Figura 2A - Mediana da renda domiciliar per capita e linha de pobreza social por Unidade da Federação (valores de 2021)



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2021.

Tabela 4A - Percentual de pessoas socialmente pobres por Unidade da Federação no período de 2012 a 2021

Estados	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Acre	34,84	34,62	32,13	33,51	37,65	35,66	36,47	32,78	28,39	35,72
Alagoas	32,42	34,06	31,04	32,44	33,29	31,74	34,01	34,16	28,05	34,23
Amapá	28,99	21,56	26,51	26,29	30,02	28,87	31,99	27,06	25,05	36,97
Amazonas	30,22	28,40	28,22	29,08	34,81	35,45	33,09	32,65	31,28	35,98
Bahia	34,66	31,35	28,00	28,41	33,19	31,34	31,77	31,06	25,30	34,53
Ceará	35,91	33,85	31,27	31,31	33,61	32,01	29,79	31,05	26,70	34,45
Distrito Federal	31,03	27,21	26,60	27,65	28,65	27,35	28,12	24,25	25,70	29,96
Espírito Santo	25,21	24,79	22,46	24,37	26,43	23,87	24,32	22,77	20,68	28,55
Goiás	24,66	19,20	19,92	21,65	23,97	20,68	19,60	20,54	20,59	26,49
Maranhão	33,76	32,27	29,56	31,90	33,22	32,30	32,33	34,17	26,25	37,30
Mato Grosso	25,52	21,46	22,52	22,47	25,05	22,67	20,74	18,46	22,65	26,58
Mato Grosso do Sul	25,33	23,98	21,71	23,25	22,67	20,19	22,11	20,90	21,38	27,52
Minas Gerais	28,91	26,34	24,77	24,23	26,91	24,59	22,24	22,51	20,21	27,83
Pará	34,05	33,02	30,06	30,91	34,23	33,32	32,97	32,87	23,50	33,79
Paraíba	33,77	32,40	27,37	26,80	31,17	28,57	29,20	28,87	26,28	35,55
Paraná	23,28	21,54	19,80	21,43	23,97	22,00	21,76	21,90	21,68	26,01
Pernambuco	29,92	26,56	23,23	25,50	28,04	28,90	27,43	28,34	27,21	35,20
Piauí	35,47	33,20	31,57	28,70	35,79	33,17	33,49	33,16	27,04	34,98
Rio de Janeiro	26,88	24,73	22,96	23,66	25,96	26,79	27,06	25,38	26,39	30,62
Rio Grande do Norte	31,63	29,37	28,40	25,74	28,52	29,70	31,26	29,39	24,28	34,61
Rio Grande do Sul	26,27	22,12	22,04	21,13	23,51	22,28	21,47	21,60	21,62	24,50
Rondônia	29,39	28,22	24,63	27,46	29,27	26,29	24,52	23,85	18,82	29,24
Roraima	23,72	21,56	19,42	18,41	22,29	23,88	26,94	26,00	28,99	35,58
Santa Catarina	21,07	19,33	17,12	18,10	19,88	17,85	16,85	16,84	18,25	19,96
São Paulo	21,55	20,78	19,52	21,18	23,14	21,49	23,58	22,43	22,67	27,29
Sergipe	31,57	31,33	26,33	28,43	31,25	31,15	32,69	30,23	23,10	34,97
Tocantins	33,08	32,28	28,39	30,41	29,91	31,47	25,90	28,11	26,36	28,59

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012-2021.

Tabela 5A - Intensidade da pobreza Social por Sexo nas Regiões Brasileiras.

Ano	Déficit (diferença) per capita médio entre a renda dos pobres e linha da pobreza social (Per capita poverty gap)	Percentual médio do déficit (distância) da renda dos pobres em relação a linha de pobreza (Poverty gap ratio %)	Número de pessoas em Situação de Pobreza Social	Valor Necessário para retirar as pessoas da pobreza	Déficit (diferença) per capita médio entre a renda dos pobres e linha da pobreza social (Per capita poverty gap)	Percentual médio do déficit (distância) da renda dos pobres em relação a linha de pobreza (Poverty gap ratio %)	Número de pessoas em Situação de Pobreza Social	Valor em reais (R\$) necessário para retirar as pessoas da pobreza
	Homens				Mulheres			
Nordeste								
2012	51,04	14,55	9076463	463.262.995,89	50,89	14,51	9604925	488.801.223,45
2013	46,66	13,30	8433579	393.497.032,21	46,42	13,24	8840196	410.383.684,18
2014	40,65	11,59	7639824	310.534.124,18	40,56	11,56	8037112	325.956.149,90
2015	43,07	12,28	7872056	339.086.285,78	43,26	12,34	8298770	359.015.718,88
2016	49,80	14,20	8712372	433.905.493,10	49,03	13,98	9056232	444.004.935,32
2017	51,36	14,64	8456907	434.336.911,71	49,84	14,21	8952225	446.186.511,64
2018	52,93	15,09	8541420	452.084.962,19	51,60	14,71	9021243	465.505.984,32
2019	53,58	15,28	8545184	457.863.651,92	52,32	14,92	9171794	479.907.313,33
2020	40,83	11,64	7253441	296.192.281,60	41,07	11,71	7736865	317.742.918,30
2021	59,18	16,87	9509731	562.789.463,83	61,74	17,61	10532494	650.294.426,77
Norte								
2012	49,16	13,40	2653779	130463315,02	47,58	12,97	2642215	125724890,96
2013	44,18	12,04	2535389	112003682,47	44,97	12,26	2569787	115554605,65
2014	39,74	10,83	2405510	95596858,92	41,56	11,33	2455922	102056526,35
2015	44,02	12,00	2542339	111911274,95	45,06	12,29	2584248	116452265,97
2016	50,38	13,74	2911880	146703386,85	50,37	13,73	2939817	148084571,70
2017	54,47	14,85	2841278	154760117,71	53,50	14,59	2877451	153956454,82
2018	52,15	14,22	2782080	145082756,77	52,88	14,42	2851207	150771881,33
2019	52,94	14,43	2777106	147007155,42	52,78	14,39	2803728	147992174,57
2020	38,78	10,57	2345493	90966369,47	39,83	10,86	2414528	96163914,01
2021	54,71	14,91	3064317	167640595,25	58,20	15,87	3227721	187860030,27
Centro Oeste								
2012	48,66	8,45	1787374	86975692,37	52,74	9,15	1992423	105073889,82
2013	40,98	7,11	1500869	61513061,10	45,47	7,89	1699873	77299138,79
2014	41,50	7,20	1604509	66585413,39	46,12	8,01	1784336	82292532,58
2015	44,30	7,69	1678063	74335662,90	48,21	8,37	1852571	89308290,70
2016	50,23	8,72	1853163	93092020,58	54,63	9,48	2052185	112103183,27
2017	48,37	8,40	1740476	84184224,42	49,83	8,65	1911140	95232837,28
2018	46,58	8,09	1721607	80190093,56	49,92	8,67	1922809	95984991,51
2019	44,73	7,76	1743190	77968874,52	47,66	8,27	1932541	92109622,34
2020	45,95	7,98	1801353	82773363,08	50,37	8,74	2017610	101628968,10
2021	58,14	10,09	2189361	127280343,00	65,12	11,30	2517193	163908235,42
Sudeste								
2012	56,47	9,31	10023480	566057647,62	59,27	9,77	10974358	650443334,01
2013	51,20	8,44	9342286	478324838,45	55,20	9,10	10523678	580897973,93
2014	47,42	7,82	9055789	429435896,75	49,90	8,23	10070574	502531859,12
2015	51,33	8,46	9591766	492340110,82	52,99	8,74	10472112	554955953,65
2016	56,28	9,28	10160080	571838562,39	60,76	10,02	11387289	691912436,49
2017	56,10	9,25	10165819	570309679,26	59,04	9,74	11543411	681549156,22
2018	58,68	9,67	10541391	618530028,57	60,25	9,94	11730226	706804387,68
2019	55,74	9,19	9851506	549166796,76	59,60	9,83	11448643	682323608,04
2020	54,12	8,92	9968286	539527493,37	59,72	9,85	11496857	686538430,41
2021	69,84	11,52	12107275	845570586,13	77,11	12,71	13869608	1069527199,14
Sul								
2012	56,30	8,45	3206900	180554080,62	58,27	8,74	3447986	200929005,14
2013	48,17	7,23	2911883	140276753,17	51,16	7,68	3154046	161359629,97
2014	44,78	6,72	2777280	124375197,26	47,39	7,11	3020780	143168918,75
2015	47,44	7,12	2852814	135337654,00	49,17	7,38	3109179	152878432,94
2016	54,00	8,10	3205572	173086134,29	56,26	8,44	3432657	193111649,73
2017	52,59	7,89	3018946	158766461,51	53,43	8,02	3245171	173402863,86
2018	51,67	7,75	2928356	151309016,86	51,49	7,73	3117958	160554201,57
2019	51,91	7,79	2884105	149728119,30	53,04	7,96	3164342	167825884,18
2020	51,00	7,65	3037008	154899617,01	56,93	8,54	3347917	190582078,95
2021	58,96	8,85	3502311	206505042,91	66,03	9,91	3820282	252261727,63

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012-2021.

Tabela 6A - Intensidade da pobreza Social da população que se declarou Branca/ Amarela e Preta/Parta e Indígena nas Regiões Brasileiras

Ano	Déficit (diferença) per capita médio entre a renda dos pobres e linha da pobreza social (Per capita poverty gap)	Percentual médio do défict (distância) da renda dos pobres em relação a linha de pobreza (Poverty gap ratio %)	Número de pessoas em Situação de Pobreza Social	Valor Necessário para retirar as pessoas da pobreza	Déficit (diferença) per capita médio entre a renda dos pobres e linha da pobreza social (Per capita poverty gap)	Percentual médio do défict (distância) da renda dos pobres em relação a linha de pobreza (Poverty gap ratio %)	Número de pessoas em Situação de Pobreza Social	Valor em reais (R\$) necessário para retirar as pessoas da pobreza
Brancos e Amarelos					Pretos, Pardos e Indígenas			
Nordeste								
2012	39,61	11,29	3911932	154.943.822,81	55,05	15,70	14769456	813.120.151,27
2013	35,23	10,05	3560679	125.454.886,47	50,63	14,44	13713096	694.293.747,10
2014	30,82	8,79	3166860	97.596.348,46	44,06	12,56	12510076	551.144.790,28
2015	32,82	9,36	3161730	103.757.612,11	46,71	13,32	13009096	607.629.823,59
2016	37,94	10,82	3476277	131.903.833,79	53,22	15,17	14290930	760.528.265,48
2017	38,83	11,07	3310102	128.547.217,12	54,29	15,48	14098612	765.473.846,27
2018	39,83	11,36	3280195	130.654.248,18	56,22	16,03	14282468	802.954.860,55
2019	40,44	11,53	3316258	134.101.204,48	56,89	16,22	14399182	819.111.409,22
2020	32,26	9,20	2822506	91.043.783,69	43,75	12,48	12166854	532.331.300,09
2021	50,41	14,37	4225775	213.010.654,40	63,88	18,21	15813301	1.010.094.285,55
Norte								
2012	31,70	8,64	795938	252.28530,44	52,97	14,44	4500056	238354729,75
2013	29,31	7,99	739764	21684094,21	48,58	13,24	4365412	212081239,14
2014	24,33	6,63	624460	15194228,98	44,64	12,17	4236972	189124317,38
2015	29,02	7,91	689128	20001414,01	48,42	13,20	4437157	214832472,36
2016	33,91	9,25	818171	27745332,85	54,39	14,83	5033526	273765062,33
2017	38,09	10,38	769598	29312323,25	57,62	15,71	4949131	285177174,80
2018	31,92	8,70	662664	21149215,95	57,13	15,57	4970623	283962384,21
2019	34,87	9,51	682144	23784325,83	57,01	15,54	4898690	279268478,51
2020	25,13	6,85	571786	14369244,61	42,48	11,58	4188235	177935628,63
2021	36,63	9,99	770665	28227217,92	60,81	16,58	5521373	335728809,41
Centro Oeste								
2012	38,11	6,61	1166459	44447937,93	59,12	10,26	2613338	154501856,41
2013	31,10	5,40	924223	28744132,74	51,23	8,89	2276519	116619040,53
2014	29,80	5,17	911787	27174648,56	52,94	9,19	2477058	131131534,00
2015	30,93	5,37	916942	28360024,68	55,91	9,71	2613220	146104056,70
2016	37,00	6,42	1046253	38713825,44	61,61	10,69	2859095	176149752,35
2017	35,88	6,23	1007985	36164323,74	56,86	9,87	2643631	150317843,92
2018	32,39	5,62	969315	31394046,85	57,64	10,01	2675101	154197555,95
2019	34,29	5,95	1012749	34725505,61	52,94	9,19	2662982	140965240,44
2020	35,95	6,24	1043730	37519247,64	55,25	9,59	2775233	153329159,50
2021	45,63	7,92	1198223	54680311,54	70,41	12,22	3508331	247020898,88
Sudeste								
2012	39,65	6,54	8316711	329791990,51	80,44	13,26	12681127	1020092364,54
2013	36,28	5,98	7820568	283726892,93	73,77	12,16	12045396	888616978,66
2014	34,05	5,61	7610594	259162320,30	66,68	10,99	11515769	767850377,33
2015	36,96	6,09	7963114	294298082,23	70,10	11,56	12100764	848252602,44
2016	38,97	6,43	7882085	307152556,91	80,37	13,25	13665284	1098325820,82
2017	37,68	6,21	7911252	298058026,53	80,21	13,22	13797793	1106669262,14
2018	41,74	6,88	8282686	345754639,18	78,39	12,93	13985145	1096311199,04
2019	39,25	6,47	7814621	306741682,26	77,34	12,75	13485528	1042976478,86
2020	41,31	6,81	8037717	332021783,95	73,54	12,13	13427426	987489620,44
2021	52,38	8,64	9916488	519423175,45	96,16	15,85	16046087	1542957980,38
Sul								
2012	47,61	7,14	4495675	214049328,61	94,25	14,14	2159211	203515832,35
2013	41,16	6,18	4076886	167807945,52	81,52	12,23	1989043	162149073,44
2014	37,70	5,66	3830263	144386572,51	77,75	11,66	1967797	152989154,58
2015	39,80	5,97	3984135	158576891,98	79,95	11,99	1977453	158093916,80
2016	44,57	6,69	4287163	191094584,65	90,29	13,55	2350056	212181794,55
2017	42,70	6,41	3971485	169598844,11	87,57	13,14	2292632	200764518,38
2018	41,59	6,24	3778298	157132772,64	82,71	12,41	2267711	187557768,75
2019	42,08	6,31	3715749	156370461,85	83,57	12,54	2331015	194806271,61
2020	45,27	6,79	4082019	184778655,36	81,09	12,17	2302906	186737993,52
2021	51,64	7,75	4639082	239552890,51	96,25	14,44	2683511	258280426,55

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012-2021.



PUCRS